
ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia
2. Audição de peticionários – [Petição n.º 74/XV/1.ª](#) – Pedido de fiscalização abstrata da constitucionalidade de artigos do Estatuto da Carreira Docente que entendem que geram discriminação para os docentes da monodocência
3. Audição de peticionários – [Petição n.º 82/XV/1.ª](#) – Pelo direito a um enfermeiro em escolas públicas frequentadas por crianças com necessidades de saúde específicas
4. Audiência ao Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE) para debater o estado atual da Educação, com vista à melhoria das políticas educativas, penalizadoras da carreira docente e da escola pública
5. Aprovação de atas
6. Comunicações do Presidente
 - 6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas
 - 6.2. Relatórios das audições do Grupo de Trabalho - Apreciação na Especialidade dos Projetos de Lei do Ensino Superior Politécnico, no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)]

- 6.3. Relatórios das audições do Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens
 - 6.4. Audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PSD e do PS, sobre o acesso ao ensino superior dos alunos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores
 7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 334/XV/1ª \(L\)](#) – Pela criação de um Estatuto Estudante do Ensino Superior para Refugiadas Afegãs
 8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 360/XV/1ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a promoção de ações de formação a Educadores e Professores, que contribuam para o desenvolvimento social e escolar de alunos com autismo
 9. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 88/XV/1.ª](#) – Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo
 10. Discussão e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento e Finanças sobre a [Conta Geral do Estado de 2021](#)
 11. Outros assuntos
 12. Data das próximas reuniões
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) pediu o adiamento da aprovação da ata da reunião de 17/1/2023 e dos pontos 7 e 8 da Ordem do Dia.

A proposta de Ordem do dia, com esta alteração, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

2. Audição de peticionários – [Petição n.º 74/XV/1.ª](#) – Pedido de fiscalização abstrata da constitucionalidade de artigos do Estatuto da Carreira Docente que entendem que geram discriminação para os docentes da monodocência

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos peticionários, MPM - Movimento de professores em monodocência, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação de peticionários fez uma intervenção e uma apresentação sobre a matéria (disponíveis na [página da Comissão](#)), tendo referido o seguinte, em síntese:

- Falta equidade no regime de aposentação dos professores da monodocência, que até 2005 tinham um regime especial, podendo aposentar-se com 55 anos de idade e 30 de funções e depois passaram a estar sujeitos ao regime geral;
- Há diferenças entre estes professores e os restantes, em termos de horas letivas, de não beneficiarem da redução do tempo de aulas a partir de determinada idade, nem da diminuição horária dos diretores de turma;
- Em termos gerais, no total de uma carreira de 40 anos, têm uma desigualdade de carga letiva idêntica a 18 ou, no mínimo, 16 anos letivos;
- A situação destes professores configura uma violação do princípio da igualdade, pelo que solicitam que seja pedida a fiscalização da constitucionalidade dos artigos correspondentes do Estatuto da Carreira Docente.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS, relator da petição), Maria Emília Apolinário (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

- Os professores têm uma enorme carga burocrática, que se acentua desde 2005 e o regime de aposentação alterado agravou a situação;
- O grupo de professores da monodocência está muito envelhecido;
- O congelamento da progressão na carreira acentuou a situação;

- Pedem aos Deputados que solicitem a fiscalização da constitucionalidade das normas em causa, para o Tribunal Constitucional ver se há desigualdade em relação aos outros professores e depois se equacionar a alteração do regime;
- O Movimento é autónomo em relação aos sindicatos;
- Atualmente, todos os sindicatos colocam esta matéria nas negociações com o Ministério da Educação;
- Os professores da monodocência são diretores de turma nos mesmos termos dos diretores dos restantes ciclos, mas não beneficiam da redução horária destes;
- As atividades de enriquecimento curricular são complementares, desenvolvidas por técnicos que não são professores, e muitas vezes por empresas e são diferentes nos vários agrupamentos de escolas;
- Registam-se diferenças entre os docentes do setor público e privado, tendo os segundos, normalmente, um horário maior e uma remuneração menor, pelo que estão a tentar vir para as escolas públicas.

A gravação da audição, bem como a intervenção e a apresentação feitas, estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Audição de peticionários – [Petição n.º 82/XV/1.^a](#) – Pelo direito a um enfermeiro em escolas públicas frequentadas por crianças com necessidades de saúde específicas

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos peticionários, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação de peticionários referiu o seguinte, em síntese:

- A petição foi subscrita por pessoas com crianças que têm necessidades de saúde específicas;
- A título de exemplo, em relação a uma criança com diabetes tipo 1, que é uma doença crónica, não dependente de alimentação, tem de se acompanhar e monitorizar a sua situação ao longo do dia e de utilizar uma bomba de insulina;

- Há outras doenças que implicam necessidades específicas, que só podem ter resposta por um profissional de saúde;
- O pessoal docente e não docente não tem formação e sensibilização para estes alunos e para as suas necessidades;
- A existência de um enfermeiro na escola é muito importante para dar apoio a estes alunos.

Intervieram depois os Senhores Deputados Catarina Lobo (PS, relatora da petição), Fernanda Velez (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

- A saúde escolar não existe e as equipas multidisciplinares nas escolas não funcionam;
- Os centros de saúde e as escolas não conseguem fazer a administração diária de insulina e de outros medicamentos aos alunos;
- A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros é uma subscritora da petição e disponibilizou-lhes dados sobre a matéria;
- O tempo atribuído à saúde escolar é diminuto, o apoio insuficiente e a formação a esse nível não é adequada;
- Normalmente são os auxiliares das escolas que ministram os medicamentos aos alunos e lhes dão apoio, mas têm pouca formação;
- Entendem que a utilização de professores para o efeito, nomeadamente os de Biologia, não é adequada.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

4. Audiência ao Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE) para debater o estado atual da Educação, com vista à melhoria das políticas educativas, penalizadoras da carreira docente e da escola pública

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos membros do Sindicato, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação do Sindicato referiu o seguinte, em síntese:

- Os professores estão em greve e com grande indignação e revolta pelo que se passa na respetiva carreira;
- Fazem um apelo para que se possa resolver a situação e que o Governo faça uma negociação séria;
- Há precariedade dos professores, com muitos contratados e a sua vinculação, em média, verifica-se aos 40 anos de idade e 16 de funções;
- Os professores contratados estão muitos anos deslocados da sua residência, não têm apoios a nível da deslocação, nem em sede de IRS e muitos são colocados anualmente em horários incompletos;
- Cerca de 10.000 docentes já abandonaram a profissão por falta de condições;
- Os docentes com cerca de 40-50 anos estão no meio da carreira, sendo necessários, em média, 34 anos para chegarem ao topo;
- Os professores foram penalizados na carreira em 4 anos e os que entraram depois de 2010 passam à frente dos que já estavam integrados;
- Os docentes estão mais velhos e a profissão é de desgaste rápido, mas não tem um regime adequado em termos de aposentação, situação ainda mais premente no caso dos da monodocência;
- A redução da componente letiva dos docentes devia destinar-se à atualização dos mesmos e atualmente começa mais tarde, em média, aos 50 anos de idade, e não reverte para o docente, mas para o trabalho de escola, por exemplo, para apoio aos alunos e substituição dos docentes;
- Os docentes estão sujeitos a um excesso de burocracia e registam um envelhecimento, bem como a falta de reconhecimento.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS), António Cunha (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, as representantes do Sindicato referiram o seguinte, em síntese:

- Também é importante ponderar o elevado número de alunos por turma;
- Nas negociações, pedem mais ação do Governo;
- O Governo apresentou uma proposta de diploma, nomeadamente com a diminuição das zonas pedagógicas e apoio a nível das despesas de deslocação, que veem com bons olhos e vão analisar;
- Os sindicatos pedem processos negociais mais amplos, nomeadamente, para os horários de trabalho, recuperação do tempo de serviço, mobilidade por doença, quotas e vagas, que permitam terminar a contestação dos docentes;
- Continuam a queixar-se da burocracia no âmbito das funções dos docentes.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

5. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de 10 de janeiro de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

A aprovação da ata da reunião de 17 de janeiro foi adiada, a pedido do PS.

6. Comunicações do Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei – generalidade

A Senhora Vice-Presidente deu nota de que o [Projeto de Lei n.º 491/XV/1.ª \(CH\)](#) – Estabelece as regras aplicáveis à aposentação antecipada de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, alterando o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril - baixou em 18/01/2023 à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, como Comissão competente, com conexão com a Comissão de Educação e Ciência.

Informou depois que o [Projeto de Lei n.º 497/XV/1.ª \(BE\)](#) – Décima sexta alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril - baixou em 24/01/2023 à Comissão de Educação e Ciência, como Comissão competente, em conexão com a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e que o mesmo foi arrastado para discussão no Plenário em 10/02/2023, junto com a [Petição n.º 8/XV/1.ª](#) - Os docentes reclamam justiça, efetivação de nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho.

Acrescentou que a iniciativa é distribuída ao PS para elaboração de parecer (tendo o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins informado que indicará posteriormente o Deputado relator) e que a apreciação do mesmo será agendada para a reunião da Comissão de 08/02/2023.

ii. Projetos de Resolução – especialidade

Indicou também que o [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1 \(L\)](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado - foi aprovado na generalidade e baixou à Comissão em 20/01/2023, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL e PCP, o seguinte calendário para apreciação na especialidade:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração até 9/2/2023
- Distribuição de mapa comparativo em 10/2/2023
- Discussão e votação na especialidade na reunião da Comissão de 14/2/2023

iii. Projetos de Resolução – generalidade

Relativamente aos projetos de resolução indicados a seguir foram prestadas as seguintes informações:

- [Projeto de Resolução n.º 347/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que crie uma iniciativa institucional que replique no seu âmbito próprio de atuação o programa «Parlamento dos Jovens», ponderando designadamente a criação das figuras do conselho de ministros dos jovens e do ministério aberto aos jovens – baixou à Comissão em 4/1/2023 e aguarda-se que o PAN indique se pretende fazer a discussão na sessão plenária ou na Comissão;
- [Projeto de Resolução n.º 379/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à atualização salarial dos professores e correspondência com os elevados níveis de exigência que a profissão docente implica - baixou à Comissão em 17/01/2023 e o CH solicita a sua discussão na sessão plenária;
- [Projeto de Resolução n.º 392/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a avaliação do impacto psicológico da pandemia a crianças e jovens em idade escolar - baixou à Comissão em 18/01/2023 e o CH solicita a sua discussão na sessão plenária.

6.2. O relatório da audição dos Professores Doutores Tiago Santos Pereira e Fernando Alexandre, realizada em 20/12/2022 pelo Grupo de Trabalho - Apreciação na Especialidade dos projetos de lei do Ensino Superior Politécnico, no âmbito da apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#), foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL e PCP.

6.3. Os relatórios das audições à Comissão de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens e ao Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, realizadas nos dias 7/12/2022 e 10/1/2022, respetivamente, pelo Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens, foram aprovados por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL e PCP.

6.4. Foi consensualizado que a audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PSD e do PS, sobre o contingente de acesso ao ensino superior por parte dos alunos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e sobre o acesso em geral, será realizada no dia 10/2 (sexta-feira), às 8h45, tendo sido aprovada a respetiva grelha de tempos, de 72m.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 334/XV/1ª \(L\)](#) – Pela criação de um Estatuto Estudante do Ensino Superior para Refugiadas Afegãs

Adiado, a pedido do PS.

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 360/XV/1ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a promoção de ações de formação a Educadores e Professores, que contribuam para o desenvolvimento social e escolar de alunos com autismo

Adiado, a pedido do PS.

9. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 88/XV/1.ª](#) – Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

A relatora da petição, Deputada Fernanda Velez (PSD), fez a apresentação do relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

10. Discussão e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento e Finanças sobre a [Conta Geral do Estado de 2021](#)

O relator, Deputado Rui Cruz (PSD), fez a apresentação do parecer (tendo referido que introduzira entretanto pequenas alterações de pormenor), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS (o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins, atentas as alterações a que se referiu o relator, informou que o respetivo voto era em relação às conclusões e não aos considerandos do parecer), PSD, CH e IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data das próximas reuniões

- 1 de fevereiro de 2023 – 10h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h58, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2023.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Germana Rocha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Joana Mortágua (BE)
José Pedro Ferreira (PS)
Maria João Castro (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
João Marques (PSD)
Rita Matias (CH)
Marlene Teixeira (PS)
Dinis Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)
Alfredo Maia (PCP)
Alexandre Poço (PSD)